

ACONTECEU

A Assembleia da República aprovou, segunda-feira última (28), por Consenso, o Programa de Trabalhos e o Rol de Matérias para a V Sessão Ordinária na sua IX Legislatura.

A Presidente da Assembleia da República, Esperança Laurinda Francisco Nhuané Bias, exortou, segunda-feira última (28), em Maputo, aos deputados da Assembleia da República para que a V Sessão Ordinária seja produtiva, caracterizada por um debate que privilegie a troca de ideias e argumentos, sem recurso à devassa da vida privada ou comportamento que não dignifica a Casa do Povo.

Discursando por ocasião da abertura da V Sessão Ordinária do Parlamento na sua IX Legislatura, Bias apelou ao bom senso, a urbanidade e ao respeito dos princípios democráticos.

“Sejamos um exemplo para o cidadão para que este se sinta bem representado e respeitado”, disse a PAR sublinhando que, na presente V Sessão Ordinária, várias matérias serão apreciadas, incluindo as regimentais com destaque para as Informações do Governo, Perguntas ao Governo, Informação Anual do Procurador-Geral da República, a Proposta de Lei da Comunicação Social e a Proposta de Lei da Radiodifusão, bem como a Proposta de Lei de Revisão da Lei n.º 13/2018, de 17 de Dezembro, Lei de Bases de Criação, Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, entre outras matérias.

Num outro desenvolvimento, no que tange a área da economia nacional, a PAR exortou ao Governo moçambicano para que continue a apostar em ações que permitem o alcance das metas para 2022, no que respeita ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à estabilização da inflação abaixo de dois dígitos.

“No contexto da economia nacional, não obstante as várias adversidades, é de realçar o desempenho positivo e encorajador do crescimento do PIB no quarto trimestre, um crescimento acumulado de 2.16 por cento”, disse a Presidente do Parlamento, recomendando ainda, ao Governo, para que continue com implementação das políticas fiscais, de financiamento às micro, pequenas e médias empresas e de promoção de emprego, sobretudo, para os jovens, bem como a implementação de medidas de protecção social.

BREVES

A Bancada Parlamentar da FRELIMO na Assembleia da República (AR) está preocupada com a sinistralidade rodoviária que tem tirado inúmeras vidas de moçambicanos, em particular os acidentes causados pelos transportes públicos. Segundo o Chefe deste grupo parlamentar, Sérgio José Camunga Pantie, “a 28 de Janeiro passado, mais uma vez, o País entrou em choque com as imagens que nos chegaram reportando o acidente de viação em Lua Lua, Distrito de Mopeia, na Zambézia, que tirou a vida a 28 concidadãos”.

Falando segunda-feira última (28), sede do Parlamento, em Maputo, durante a abertura da V Sessão Ordinária da AR, na sua IX Legislatura, Pantie instou as autoridades, em particular a INATRO e a Polícia, para dirigirem campanhas de educação e de sensibilidade que produzam mudanças profundas na mentalidade e no *modus operandi* dos automobilistas, para que pautem por uma condução prudente e defensiva, em cumprimento do Código de Estrada.

O Chefe da Bancada Parlamentar da FRELIMO referiu-se ao clamor da população em relação ao preço das portagens que tem a ver com o custo de vida, assunto que deve merecer a atenção e preocupação das autoridades municipais de Maputo e Matola, com a criação de estradas alternativas que permitirão a transitabilidade dos automobilistas que não façam uso das vias com portagem.

“A nossa Bancada, embora defenda o princípio *utilizador-pagador* que permite a sustentabilidade e manutenção das vias, fluidez do tráfego e segurança rodoviária, apela a Rede Viária de Moçambique (REVIMO) e as outras entidades que fazem a gestão de estradas e portagens, a pautarem por uma comunicação atempada, boa, tempestiva, permanente e esclarecedora, sempre que queiram construir estradas com impacto no bolso do cidadão”, disse o deputado Pantie.

Por seu turno, a Bancada Parlamentar da Renamo defendeu a necessidade do cumprimento do plasmado no acordo de paz e reconciliação nacional assinado em Agosto de 2019, em Maputo, como forma de manter o clima de estabilidade que o país vive.

Este posicionamento foi manifestado pelo Chefe daquela Bancada Parlamento, Viana da Silva Magalhães, durante a cerimónia solene de abertura da V sessão ordinária da Assembleia da República na sua IX Legislatura, tendo sublinhado que o cumprimento do acordo será fundamental para a preservação da paz no País.

Segundo Magalhães “a Paz deve ser acarinhada, regada como uma planta num jardim para não murchar”, uma vez que esta permite o desenvolvimento económico e social, bem como atrair investimentos externos para alavancar a economia até atingir a assíntota.

Num outro desenvolvimento, Magalhães defendeu que para a RENAMO a realização de eleições dos administradores dos distritos e das assembleias distritais é irreversível.

No que tange a presente Sessão Ordinária, a Bancada Parlamentar da RENAMO entende que com o recrudescer da criminalidade com envolvimento de agentes da polícia em actos de raptos sequestros e narcotráfico, a informação anual do Procurador-Geral da República torna-se de relevante importância.

Outros pontos referidos pelo Chefe da Bancada referem-se a Proposta de Lei da Comunicação Social, a Proposta de Lei de Radiodifusão que segundo ele, são instrumentos que merecem reflexões e consultas aos fazedores da radiodifusão e da comunicação social, “o que nos aumenta a expectativa de aprovação destes instrumentos para que estejam em consonância com as actividades referidas e que não constituam revés às liberdades até aqui alcançados”.

A Bancada Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique (BPMDM) entende que a agricultura deve ser direccionada para que haja maior circulação de produtos nacionais no mercado interno criando, desta forma, oportunidades de negócios e geração de rendas.

Esta informação foi tornada pública, pelo Chefe desta Bancada Parlamentar, Lutero Simango, durante a Sessão Solene da abertura da V Sessão Ordinária da IX Legislatura da Assembleia da República, tendo acrescentado que “os incentivos fiscais devem ser extensivos para a área do turismo, para que seja uma verdadeira indústria que tenha a componente cultural e social”.

De acordo com Simango, “urge recriar a nossa economia com produtos nacionais, gerando oportunidades de negócios para a nossa população que é maioritariamente jovem e feminina”, sublinhou Simango, acrescentando que “para que tudo isto possa acontecer, requer-se apropriadas, conducentes ao desenvolvimento humano, institucional, infra-estruturas e financiamento”.



Assembleia da
República
Secretariado-Geral

Actualidade Parlamentar

Editor: Gabinete de Imprensa

Ano XVIII N.º 04 03 de Março de 2022

Sede: Av. 24 de Julho n.º 3773, CP: 1516, Telef. 21225100, Fax: 21400711, Maputo

www.parlamento.mz

E-mail: argabimprensa@gmail.com

04º Dia da V Sessão Ordinária da IX Legislatura

DESTAQUES

**CACDHL
Aprecia
Proposta de
Revisão da Lei
do Desporto**

ORDEM DO DIA

09H00: Início dos Trabalhos

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL) reúne-se para prosseguir com apreciação, na Generalidade e Especialidade, da Proposta de Revisão de Lei n.º 11/2002, de 12 de Março, Lei do Desporto.

A Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social (CASGTCS) reúne-se, em Plenário, para apreciar a Proposta de Revisão da Lei n.º 04/2001, de 27 de Fevereiro, Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

A Comissão de Administração Pública e Poder Local (CAPPL) reúne-se para apreciar a Proposta de Lei que Estabelece o Regime Jurídico de Identificação Civil e do Bilhete de Identidade do Cidadão Nacional.

A Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente (CAEA), reúne-se para apreciar a Proposta de Revisão da Lei n.º 21/97, de 01 de Outubro, Lei de Eletricidade.

A Comissão de Petições, Queixas e Reclamações (CPQR) aprecia, em grupos parlamentares, nas petições e queixas dos cidadãos nacionais que deram entrada na Assembleia da República desde Julho de 2021.

Previsão do Tempo: Hoje, Cidade de Maputo: Máx – 32; Min – 20 ; Fonte: INAM